

## Apresentação

Nesta 22ª Edição da Carta de Conjuntura da Saúde Suplementar, são apresentados os principais indicadores da economia brasileira no 1ºTri/13, comparados com os valores registrados no primeiro e último trimestres de 2012. Essas informações fundamentaram as nossas análises do comportamento do mercado de planos de saúde no mesmo período.

No 1ºTri/13, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,9% em relação ao mesmo período do ano passado (1ºTri/12) e 0,6% em relação ao trimestre anterior (4ºTri/2012). Esse ritmo lento de crescimento da economia leva a uma expectativa pessimista do crescimento do PIB para o final de 2013: 2,3%, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central.

A influência negativa sobre o PIB no 1ºTri/13 foi proveniente do setor de Indústria, que teve retração de -0,3% no 1ºTri/13 em relação ao 4ºTri/12. Os setores de Agropecuária e de Serviços cresceram 9,7% e 0,5%, respectivamente. Os níveis de consumo das famílias e do governo se estabilizaram nesse trimestre, com variações de 0,1% e 0,0%, respectivamente.

Em março de 2013, a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA, ultrapassou o teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (6,5%), atingindo 6,6%. O item com maior impacto sobre a inflação foi o de "Alimentos e Bebidas", cujos preços variaram 4,6% nos 12 meses anteriores a março/2013. A tendência de elevação dos preços se manteve apesar da desoneração de PIS/Cofins de oito itens da cesta básica realizada pelo governo em março.

Diante desse cenário, o Banco Central, que até o final do 1ºTri/13 havia mantido a taxa Selic em 7,5%, tomou uma posição mais assertiva no combate às pressões inflacionárias e determinou elevações da Selic, que chegou a 8% em maio.

Mesmo com o fraco crescimento da economia e a inflação em ascensão, os níveis de emprego e renda tiveram variações positivas no 1ºTri/13. Foram criados 372,8 mil novos postos de trabalho formais e a taxa de desemprego manteve-se em um nível historicamente baixo, de 5,7% em março. Em relação à renda, todas as categorias de ocupação apresentaram variação positiva no 1ºTri/13, com exceção dos trabalhadores do setor público, cujo rendimento médio teve redução de 1,8% e conta própria, 1,3%.

O desempenho do setor de saúde suplementar, que é fortemente influenciado pelo emprego e renda da população, se manteve positivo no 1ºTri/13 (XX%). O crescimento foi maior para a carteira de planos coletivos empresariais, mais diretamente influenciados pelo mercado de trabalho, de YY% no trimestre.

Nesse 1ºTri/13, a principal mudança regulatória no setor de saúde suplementar foi a publicação da norma RN nº 319, que determina que as operadoras devem informar, aos beneficiários que solicitarem, a negativa de autorização de procedimentos por escrito. O não cumprimento dessa resolução pode gerar multas às operadoras.

Na seção especial desta carta de conjuntura, são analisados os fatores econômicos possivelmente relacionados ao expressivo crescimento do número de beneficiários de planos de saúde nas regiões

## Nesta Edição

	pág
1. Seção Especial	2
2. Cenário Macroeconômico	3
2.1. Nível de Atividade	3
2.2. Emprego	3
2.3. Renda	4
2.4. Consumo	4
2.5. Inflação	4
2.6. Câmbio	5
2.7. Mercado de Juros e Crédito	5
3. Síntese do Cenário Macroeconômico	6

Norte e Nordeste do país.

Boa Leitura!

Luiz Augusto Carneiro  
**Superintendente Executivo**

**1. Seção Especial**

**Regiões Norte e Nordeste são as que mais cresceram em número de beneficiários de planos de saúde entre 2005 e 2011**

As regiões Norte e Nordeste possuem baixas taxas de cobertura por planos de saúde quando comparadas à média nacional: a taxa de cobertura média do país é de 24,7%, na região Nordeste é de 12,1% e na região Norte de 10,8%. Além disso, a representatividade dessas regiões frente ao total de beneficiários também é pequena: Norte e Nordeste possuem, respectivamente, 3,7% e 13,6% dos beneficiários do país. Diante desse alcance discreto dos planos de saúde, essas regiões apresentam grande potencial de crescimento da saúde suplementar, pois têm avançado nos principais indicadores econômicos que influenciam esse setor: mercado de trabalho e renda.

**Tabela 1: Crescimento (%) de indicadores econômicos regionais e do número de beneficiários, 2005-2011 .**

Região	Número de beneficiários	PIB (Variação em pontos percentuais)	PIB per capita	Renda
Região Norte	72,9	0,4	24,2	32,6
Região Nordeste	48,3	0,4	23,1	45,8
Região Sul	41,3	-0,1	21,8	28,1
Região Centro-oeste	40,3	0,4	21,0	34,6
Região Sudeste	26,0	-1,1	19,0	22,8
Brasil	32,5	-	20,0	30,0

Fonte: TabNet/ANS, Contas Nacionais Regionais/IBGE e PNAD2-011/IBGE.

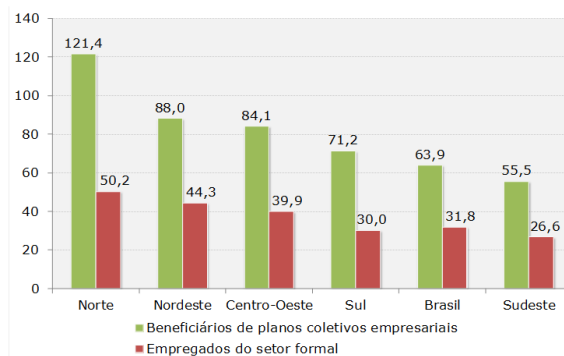
De fato, observa-se nos últimos anos, que a ampliação da carteira de beneficiários nessas regiões tem sido superior à média nacional. Entre dez/05 e dez/11, o número de beneficiários cresceu 72,9% no Norte e 48,3% no Nordeste (**TAB.1**), enquanto que o crescimento médio do país foi de 32,5%.

Esse crescimento expressivo da saúde suplementar acompanhou o crescimento econômico dessas regiões, que foram as que mais ganharam participação no PIB do país entre 2005 e 2010: assim como a região Centro-Oeste, tiveram aumento de 0,4 ponto percentual. Em termos de PIB *per capita*, a maior variação positiva, no mesmo período, foi da região Norte, 24,2%, enquanto a média do país foi de 20,0%. O segundo maior crescimento foi do PIB *per capita* da região Nordeste: 23,1%.

Esse aumento da atividade econômica foi acompanhado pelo crescimento dos postos de trabalho.

Como se observa no Gráf. 1, entre 2005 e 2011, o maior crescimento do número de vínculos empregatícios formais no Brasil ocorreu nas regiões Norte (50,2%) e Nordeste (44,3%), e a média do Brasil foi de 31,8%. Como grande parte dos beneficiários são vinculados a planos coletivos empresariais, disponibilizados pelos empregadores, o aumento do nível de emprego é um fator importante para o crescimento do número de beneficiários. Nas regiões Norte e Nordeste, onde mais cresceu o nível de empregados no setor formal, também foram onde mais cresceram os planos coletivos empresariais, cujas variações foram respectivamente 121,4% e 88,0% (**GRAF.1**), frente

**Gráfico 1: Crescimento (%) do número de beneficiários de planos coletivos empresariais e do número de empregados do setor formal, 2005-2011**



Fonte: RAIS/TEM.

à média nacional de 63,9%.

Outro fator importante para o crescimento do setor suplementar é a renda das pessoas. No Nordeste, a renda média real da população ocupada (PNAD) aumentou 45,8% entre 2005 e 2011, e no Norte a variação foi de 32,6%. Em ambas regiões o crescimento foi superior à média nacional, de 30,0%. O crescimento econômico do Norte e do Nordeste tem contribuído para a melhora da situação econômica de suas populações. Entre 2001 e 2008, a classe C passou de 30,9% para 42,7% no Norte, e de 20,7% para 32,9% no Nordeste. O crescimento da renda, em geral, impulsiona o setor de planos individuais, pois como o beneficiário arca com a mensalidade e o plano de saúde é um dos bens mais desejados pela população, quanto maior a renda, maiores as chances de se adquirir um plano de saúde.

## 2. Cenário Macroeconômico

### 2.1 Nível de Atividade

Neste primeiro trimestre de 2013, o PIB cresceu 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior e 0,6% em comparação com o último trimestre de 2012, atingindo R\$ 1.110.420 milhões. O baixo crescimento econômico observado nos últimos trimestres deve ser analisado à luz da contínua retração da atividade industrial.

Em 2012, a produção industrial apresentou queda acumulada de -0,8%, refletindo, entre outros fatores, o ambiente econômico externo desfavorável e a falta de competitividade da indústria doméstica. No 1ºTri/13, novamente o desempenho do setor industrial é negativo, com retração de 0,3% em relação ao 4ºTri/12 (**FIG.2**). Esse desempenho foi influenciado principalmente pela extrativa mineral, que teve a maior queda dentre os tipos de indústria: -2,1% contra o 4ºTri/12. De acordo com o IBGE, a retração da indústria extrativa deveu-se a queda na produção de petróleo por causa das paradas nas plataformas para manutenção e também a uma redução na produção de minério de ferro por causa de queda nas exportações.

A agropecuária, que cresceu 9,7% no trimestre, teve o maior impacto positivo para a expansão do PIB. O setor de serviços cresceu 0,5%, mantendo o ritmo dos últimos trimestres.

Em relação ao nível de consumo das famílias, houve modesto crescimento, de 0,1%, no trimestre, o que pode estar relacionado ao aumento da inflação (**TAB.1**). O consumo da administração pública também teve tendência de estabilidade, mas, ainda assim, a dívida líquida do setor público alcançou 35,5% do PIB em março.

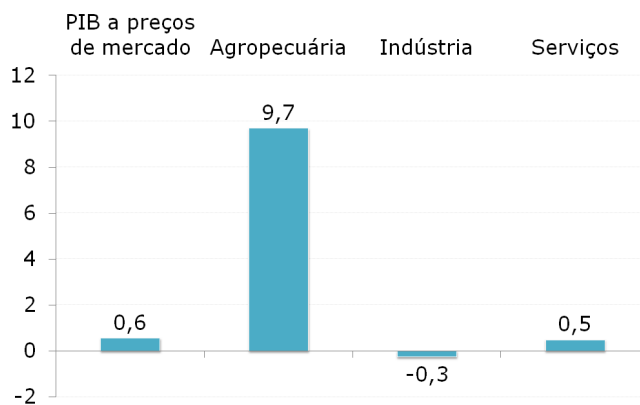
O fraco desempenho da economia brasileira tem tornado o mercado mais pessimista, com previsões de crescimento do PIB em 2013 abaixo de 3% (2,3%), inflação acima do centro da meta (5,81%) e taxa de juros Selic mais alta (9,25%) (**TAB.2**).

### 2.2 Emprego

A expansão da população economicamente ativa (PEA) foi de 0,6% no 1ºTri/13 em relação ao mesmo período de 2012. A população ocupada cresceu 1,2%, com maior crescimento do grupo de trabalhadores com carteira assinada (2,8%). O setor informal, formado por empregados sem carteira, apresentou retração de 4,6%.

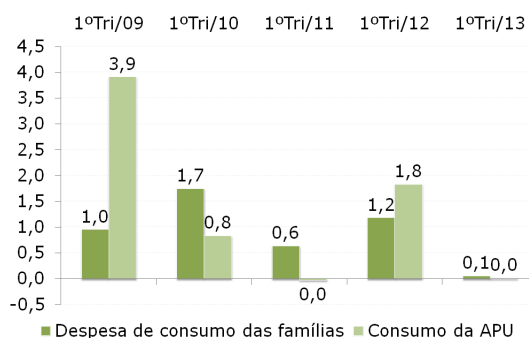
O aumento da população ocupada está relacionas

**Figura 2: Taxa de crescimento trimestral do PIB total e PIB setoriais (%), 1º Tri/13.**



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.  
\*Em relação ao trimestre anterior.

**Tabela 1: Taxa de crescimento trimestral do consumo das famílias e da Administração Pública (APU), 1ºTri/09 a 1ºTri/13.**



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

**Tabela 2: Expectativas de mercado para o fim de 2013**

Indicador	Expectativa
IPCA ( $\Delta\%$ )	5,81
IGP-M ( $\Delta\%$ )	4,88
Meta Taxa Selic (%)	9,25
Câmbio (R\$/US\$)	2,20
PIB ( $\Delta\%$ )	2,34

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 05/jul/2013

**Tabela 3: Saldo líquido de admitidos por setor econômico, 1ºTri/13.**

Setor	Saldo Líquido	Proporção do total (%)
Indústria	122.406	32,8
Construção Civil	91.544	24,6
Comércio	-53.101	-14,2
Serviços	220.187	59,1
Agropecuária	-8.234	-2,2
<b>Total</b>	<b>372.802</b>	<b>100</b>

Fonte: Caged/TEM.

de 2012.do ao aumento da criação de emprego que, no 1ºTri/2013, totalizou 5.725.998 de novos postos. Considerando que 5.353.196 trabalhadores foram demitidos, o saldo líquido de novos empregos foi de 372.802 (**TAB.3**).

Apesar do desempenho econômico negativo, o setor da Indústria foi responsável por 32,8% das vagas de trabalho criadas, atrás apenas do setor de serviços, responsável por 59,1% do saldo líquido de empregos.

Apesar de a população desocupada também ter crescido, levando a taxa de desemprego de 5,4% em janeiro para 5,7% em março, a taxa é a mais baixa para um mês de março, desde o início da série histórica. Em maio a taxa atingiu 5,8%, igualando a taxa no mesmo mês de 2012.

**2.3 Renda**

O rendimento médio real da população ocupada atingiu R\$ 1863,60 em maio de 2013, valor 1,4% superior ao registrado em maio de 2012 (**FIG. 3**).

Considerando o tipo de ocupação, o rendimento que mais cresceu foi o dos trabalhadores informais, que aumentou 6,8% no período, atingindo R\$ 1.397,60, enquanto o rendimento dos trabalhadores com carteira assinada aumentou em 3,1%, chegando a R\$ 1.717,20

Já os trabalhadores por conta própria e do setor público perceberam uma retração em seu rendimento médio real de, respectivamente -3,4% e -0,9%.

**2.4 Consumo**

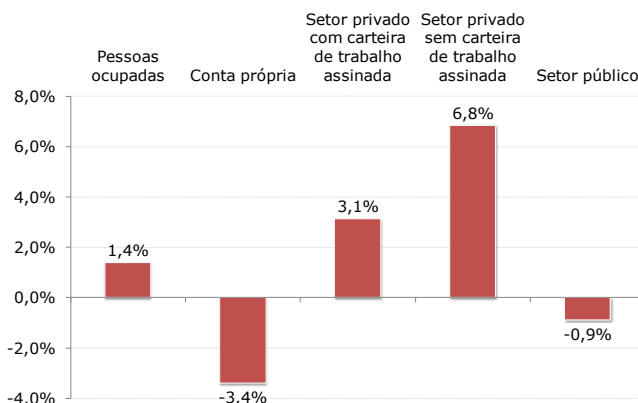
Na figura 4 são apresentadas as variações trimestrais da despesa de consumo das famílias e do governo, do 1ºTri/09 ao 1ºTri/13. O ritmo de crescimento do consumo das famílias caiu de 1,2% no 1ºTri/12 para 0,1% no 1ºTri/13, refletindo a aceleração da inflação e a reversão da tendência de queda da taxa de juros Selic.

O consumo da administração pública também desacelerou, passando de 1,8% no 1ºTri/12 para variação nula nesse primeiro trimestre de 2013. O objetivo do governo com esses cortes é controlar a inflação e a dívida pública, que, em março, atingiu 35,6% do PIB.

**2.5 Inflação**

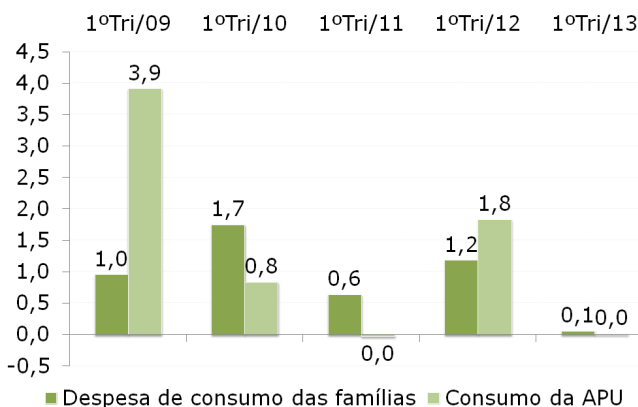
A inflação, medida pelo IPCA/IBGE, seguiu trajetória de elevação durante o 1ºTri/13 e ultrapassou o teto da meta estabelecida pelo Banco Central

**Figura 3: Crescimento trimestral do rendimento real das categorias de ocupação, maio/12 a maio/13.**



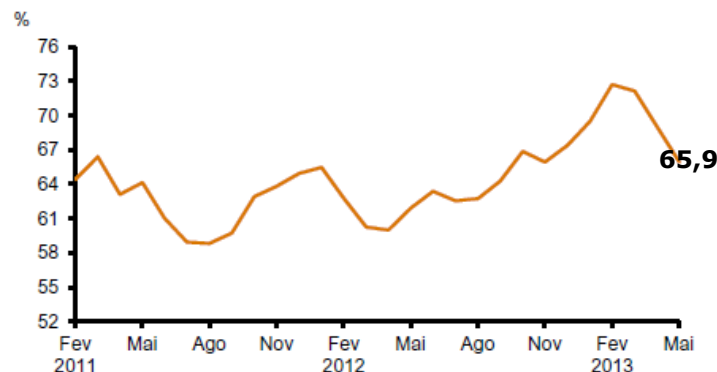
Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE.

**Figura 4: Taxa de crescimento trimestral do consumo das famílias e da Administração Pública (APU), 1ºTri/09 a 1ºTri/13.**



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

**Figura 5: Índice de difusão do IPCA/IBGE, Ago/2010 a Fev/2013.**



Fonte: Relatório de inflação - jun/2013 - BACEN.

(6,5%) em março, atingindo 6,6%. Em maio o IPCA teve leve queda atingindo 6,5%. As medidas de contenção adotadas pelo governo, como aumento dos juros e concessão de subsídios a setores estratégicos, ainda não tiveram o efeito desejado. Nota-se que o aumento de preços é um fenômeno generalizado: o índice de difusão indica que 65,9% dos itens que compõem o cálculo do IPCA tiveram aumento real de preço no trimestre terminado em maio de 2013 (mais recente disponível) (**FIG. 5**).

### 2.6 Câmbio

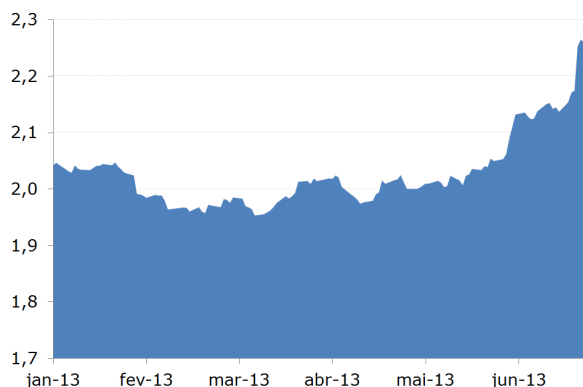
Em 2013, o real tem se desvalorizado em relação ao dólar. A taxa de câmbio atingiu R\$ 2,22 por dólar em junho, frente a R\$ 1,99 por dólar no fim de janeiro de 2013 (**FIG. 6**). Essa depreciação resulta do menor crescimento do PIB brasileiro e também de fatores externos: (1) o crescimento mais firme dos EUA sugere um dólar mais forte e (2) a desaceleração do crescimento econômico na China, um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Esses fatores contribuem para a desvalorização das moedas de países exportadores de commodities, como o Brasil.

### 2.7 Mercado de Juros e Crédito

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (Copom) elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual para 8,0% ao ano, em maio de 2013. A alta já era esperada pelo mercado, de acordo com o Boletim Focus. A decisão sinaliza uma postura mais rígida no combate às pressões inflacionárias.

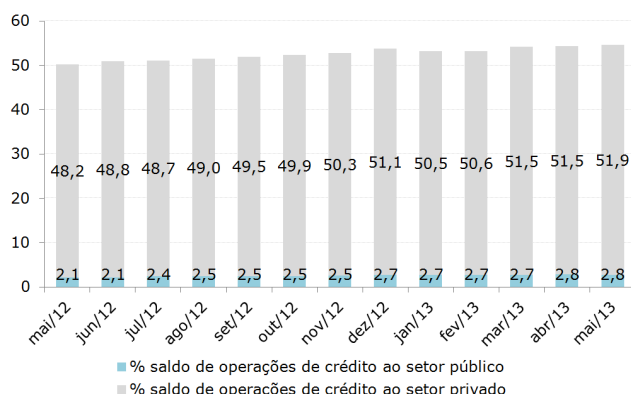
O nível de crédito da economia atingiu 54,7% do PIB em maio de 2013, o que representa um avanço de 1,5 ponto percentual em relação a janeiro de 2013. O crédito tomado pelo setor público representa 2,8% do PIB e o do crédito do setor privado por 51,9% do PIB (**FIG.7**). Nos próximos meses, a pressão inflacionária e a alta dos juros podem ter impacto negativo sobre o nível do crédito da economia. Um dos indicadores que o crédito pode estabilizar é o endividamento das famílias em relação a sua renda acumulada, que atingiu 44,2% em abril de 2013 frente a 42,6% em abril de 2012 (**FIG.8**).

**Figura 6: Taxa de câmbio livre—compra. R\$/US\$**



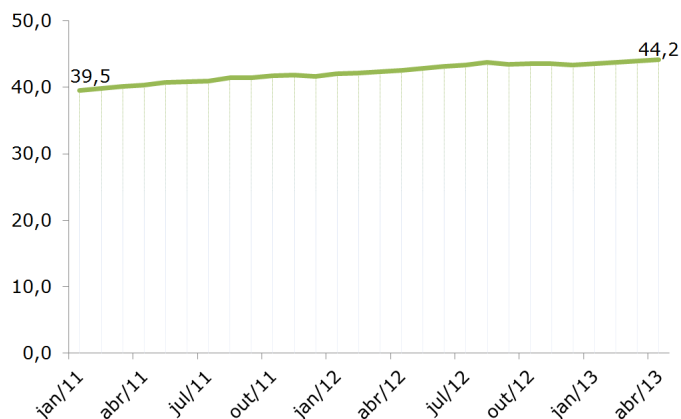
Fonte: Banco Central do Brasil.

**Figura 7: Saldo das operações de crédito concedido aos setores público e privado (% PIB), mai/12 a mai/13.**



Fonte: Banco Central do Brasil.

**Figura 8: Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (%)**



Fonte: Banco Central do Brasil.



**3. Síntese do Cenário Macroeconômico**

Variável	Variação em 12 meses		
<b>PIB</b>	1,9%		
Variável	1ºTri/2012	1ºTri/2013	Δ% no período
Consumo da Administração Pública (R\$ milhões correntes)	203.095	212.915	4,8%
Consumo das famílias (R\$ milhões correntes)	658.906	722.896	9,7%
Emprego e Renda - PME (Regiões Metropolitanas)	Mai/12	Mai/13	Δ% no período
População Ocupada (Em mil pessoas)	22.984	23.007	0,1
Empregados com carteira assinada (Em mil pessoas)	12.267	12.491	1,8
Empregados no setor público (Em mil pessoas)	1.844	1.846	0,1
Renda média real mensal (R\$)			
População Ocupada	1838,2	1.863,60	1,4
Setor privado com carteira assinada	1.665,31	1.717,20	3,1
Setor público	2.908,25	2.882,20	-0,9
Inflação	Abr/12	Mai/13	Jun/13
IPCA (%) – Variação em 12 meses	6,5	6,5	6,7
IGP-M (%) – Variação em 12 meses	7,3	6,2	6,3
Juros e Câmbio	10/jul/12	10/jul/13	Δ%no período
Taxa de Juros Selic (%) - Último dia do mês	8,00	8,00	0 p. p.
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	2,03	2,27	12%

**Referências**

- IBGE:**  
Banco de Dados Agregados—Sidra  
Contas Nacionais Trimestrais/ 1º Trimestre-2012  
Pesquisa Mensal do Emprego—PME
- Banco Central do Brasil:**  
Sistema Gerenciador de Séries Temporais—SGS  
Boletim Focus
- Ministério do Trabalho e Emprego — MTE:**  
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados—Caged  
Relação Anual de Informações Anuais — RAIS

**Saúde Suplementar em Números**

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em setembro de 2012 (com data-base junho de 2012), já analisados na 22ª Edição da Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de **setembro de 2012**, disponível em <http://www.iess.org.br/Naciss23eddez12.pdf>

**EQUIPE**

Luiz Augusto Carneiro  
*Superintendente Executivo*  
Amanda Reis A. Silva  
*Pesquisadora*  
Greice Mansini  
*Pesquisadora*  
Francine Leite  
*Pesquisadora*

Rua Joaquim Floriano 1052, conj. 42  
CEP 04534 004  
Itaim Bibi, São Paulo  
[www.iess.org.br](http://www.iess.org.br)

Tel: 55-11-3706-9747  
Fax: 55-11-3706-9746  
Email: [contato@iess.org.br](mailto:contato@iess.org.br)

Documento disponível em:  
<http://www.iess.org.br/ConjunturaSS18edjun2012.pdf>